

Aula 24 – Os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) – Parte 2: Competências e Atuação

Desvendando o Poder da Água: As Competências e a Atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas

Imagine um recurso tão vital que sua escassez ou má gestão pode paralisar cidades, secar lavouras e gerar conflitos. Estamos falando da água, um elemento essencial para a vida e para o desenvolvimento econômico e social. No Brasil, a gestão desse recurso precioso não é centralizada, mas sim compartilhada, e os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) emergem como peças-chave nesse complexo tabuleiro.

Na aula anterior, exploramos a estrutura e a importância dos CBHs como fóruns democráticos de discussão. Agora, vamos mergulhar nas suas **competências** e entender como eles realmente atuam no dia a dia, transformando discussões em ações concretas. Você já parou para pensar como as decisões sobre o uso da água são tomadas em sua região? Quem define as prioridades? É exatamente isso que vamos desvendar.

Ao final desta aula, você será capaz de:

- Identificar as principais atribuições dos CBHs, como a aprovação do Plano de Bacia e a proposição do enquadramento dos corpos d'água.
- Compreender o papel dos Comitês na mediação de conflitos pelo uso da água.
- Analisar os desafios e as estratégias para o fortalecimento e a efetividade dos CBHs.
- Reconhecer a importância da legislação e das tendências atuais, como segurança hídrica e resiliência climática, na atuação dos Comitês.

Prepare-se para uma jornada que conectará a teoria à prática, mostrando como a gestão da água é um campo dinâmico e crucial para o nosso futuro. Vamos explorar exemplos reais e entender como esses comitês, muitas vezes silenciosos, são verdadeiros guardiões dos nossos recursos hídricos.

O Coração da Bacia: Aprovar o Plano de Recursos Hídricos

Você já pensou em construir uma casa sem um projeto detalhado? Seria um caos, certo? As chances de a estrutura não ser segura, os cômodos não funcionarem bem ou o orçamento estourar seriam enormes. Da mesma forma, gerenciar uma bacia hidrográfica, com seus múltiplos usos e usuários, sem um plano estratégico é uma receita para o desastre. É aqui que entra uma das competências mais vitais dos Comitês de Bacias Hidrográficas: a aprovação do **Plano de Recursos Hídricos da Bacia**.

Diagnósticos

Análise da situação atual da bacia

Prognósticos

Projeções futuras e cenários

Metas

Objetivos de curto, médio e longo prazo

Este plano não é apenas um documento burocrático; ele é a **planta-mestra** que orienta todas as ações de gestão da água na região. Ele estabelece diagnósticos, prognósticos e, crucialmente, as metas de curto, médio e longo prazo para a bacia. O CBH, como fórum de representação dos diversos setores (usuários, poder público e sociedade civil), tem a responsabilidade de analisar, discutir e, finalmente, aprovar esse plano, garantindo que ele reflita os interesses e as necessidades de todos e que seja tecnicamente viável.

A aprovação do Plano de Bacia pelo CBH é um ato de governança participativa. É o momento em que as diferentes vozes da bacia se unem para definir o futuro da água que compartilham.

Sem essa aprovação, as ações de gestão podem se tornar fragmentadas e ineficazes, comprometendo a sustentabilidade do recurso.

Definindo as Regras do Jogo: Propor o Enquadramento dos Corpos d'Água

Imagine que você está em uma cidade onde não há zoneamento urbano: casas, indústrias e hospitais se misturam sem critério. O resultado seria desorganização, poluição e perda de qualidade de vida. Com a água, a lógica é similar. Não podemos usar todos os rios e córregos da mesma forma, pois cada um tem características e necessidades diferentes. É por isso que os CBHs têm a importante atribuição de **propor o enquadramento dos corpos d'água em classes de uso preponderante**.

O **enquadramento** é, em essência, a definição de metas de qualidade da água para cada trecho de rio, lago ou reservatório, de acordo com seus usos mais importantes. Por exemplo, um trecho pode ser enquadrado para abastecimento público, exigindo altíssima qualidade, enquanto outro pode ser destinado à navegação ou à irrigação, com requisitos diferentes. Essa proposta é feita pelo CBH e, após aprovação pelos órgãos competentes, torna-se uma diretriz legal.

01

Análise dos Usos

Identificação dos usos atuais e futuros do corpo d'água

02

Definição da Classe

Estabelecimento da classe de qualidade adequada

03

Aprovação

Deliberação pelo CBH e homologação pelos órgãos competentes

Essa competência é fundamental porque ela direciona os esforços de saneamento, controle de poluição e fiscalização. Se um rio é enquadrado para abastecimento humano, as indústrias e municípios que despejam efluentes nele terão que se adequar a padrões mais rigorosos. É uma forma de proteger a água para os usos que a sociedade considera prioritários, garantindo que a qualidade da água seja compatível com sua finalidade.

Financiando o Futuro: Aprovar os Mecanismos de Cobrança pelo Uso da Água

Você já pensou em como os serviços públicos, como a coleta de lixo ou a iluminação, são financiados?

Geralmente, pagamos por eles por meio de taxas ou impostos. Com a água, um recurso finito e valioso, a lógica da **cobrança pelo uso** segue um princípio similar: quem usa a água (para irrigação, indústria, saneamento, etc.) contribui financeiramente para a sua gestão e para a recuperação da bacia. Os Comitês de Bacias Hidrográficas desempenham um papel crucial ao **aprovar os mecanismos e valores de cobrança**.

Princípios da Cobrança

- Água como bem econômico
- Uso racional e sustentável
- Recursos aplicados na própria bacia
- Transparência na aplicação

Aplicação dos Recursos

- Projetos de despoluição
- Reflorestamento
- Monitoramento da qualidade
- Ações previstas no Plano de Bacia

Essa competência é um pilar da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97), que estabelece a água como um bem econômico. A cobrança não visa apenas arrecadar dinheiro, mas também incentivar o uso racional e sustentável da água. Os recursos arrecadados são aplicados na própria bacia, financiando projetos de despoluição, reflorestamento, monitoramento e outras ações previstas no Plano de Bacia.

O CBH, ao discutir e aprovar esses mecanismos, atua como um conselho fiscal e estratégico. É como um "condomínio da água", onde todos contribuem para a manutenção e valorização de um bem comum.

O Guardião da Harmonia: A Mediação de Conflitos pelo Uso da Água

Em qualquer comunidade, onde recursos são compartilhados, é natural que surjam divergências. Na gestão da água, esses conflitos podem ser intensos: um agricultor precisa de água para sua lavoura, enquanto uma indústria a utiliza em seus processos, e uma cidade inteira depende dela para abastecimento. Quando a demanda excede a oferta ou quando a qualidade da água é comprometida, os **conflitos pelo uso da água** são inevitáveis. É nesse cenário que os Comitês de Bacias Hidrográficas assumem um papel vital como **mediadores**.



Composição Tripartite

Usuários, poder público e sociedade civil reunidos em um fórum democrático



Facilitação do Diálogo

Espaço para exposição de pontos de vista e busca de soluções consensuais



Equilíbrio de Interesses

Garantia do uso sustentável da água para todos os setores

Os CBHs, por sua composição tripartite (usuários, poder público e sociedade civil), são os fóruns ideais para que essas partes interessadas se sentem à mesa, exponham seus pontos de vista e busquem soluções consensuais. Eles não são juízes, mas sim facilitadores de diálogo, buscando equilibrar os interesses e encontrar caminhos que garantam o uso sustentável da água para todos.

Pense em um CBH como um "juiz de paz" da bacia. Em vez de litígios caros e demorados, o comitê oferece um espaço para a negociação e a construção de acordos. Seja para definir prioridades de uso em períodos de seca, seja para resolver disputas sobre lançamentos de efluentes, a capacidade de mediação do CBH é um pilar para a governança da água, transformando potenciais confrontos em colaboração.

Desafios e Oportunidades: A Efetividade dos Comitês

A teoria dos Comitês de Bacias Hidrográficas é robusta e inspiradora, mas a prática, como em qualquer sistema complexo, apresenta seus próprios desafios. Não basta ter um time de futebol com bons jogadores se eles não tiverem um bom treinamento, um campo adequado e uma estratégia clara. Da mesma forma, a **efetividade dos CBHs** depende de uma série de fatores que vão além de sua existência legal.

Desafios Principais

- Falta de recursos financeiros
- Carência de pessoal qualificado
- Infraestrutura inadequada
- Participação desigual entre setores
- Complexidade técnica dos temas

Obstáculos à Implementação

- Burocracia excessiva
- Falta de vontade política
- Resistência de setores específicos
- Desconexão entre decisão e execução

Um dos principais desafios é a **capacidade técnica e institucional**. Muitos comitês enfrentam dificuldades com a falta de recursos financeiros, de pessoal qualificado e de infraestrutura para apoiar suas decisões. A participação, embora essencial, pode ser desigual, com alguns setores mais representados ou ativos do que outros. Além disso, a complexidade dos temas hídricos exige conhecimento aprofundado, e nem sempre os membros dos comitês possuem essa expertise.

Outro ponto crítico é a **implementação das decisões**. Um plano aprovado ou uma resolução de conflito só tem valor se for efetivamente colocada em prática pelos órgãos executivos e respeitada pelos usuários. A burocracia, a falta de vontade política ou a resistência de determinados setores podem minar o trabalho dos comitês. No entanto, esses desafios também representam **oportunidades** para o aprimoramento contínuo, buscando soluções inovadoras e fortalecendo a governança da água.

Fortalecendo a Governança: Estratégias para o Sucesso dos CBHs

Diante dos desafios, como podemos garantir que os Comitês de Bacias Hidrográficas não sejam apenas "clubes de debate", mas sim órgãos atuantes e transformadores? Fortalecer um CBH é como fortalecer um músculo: exige exercício constante, nutrição adequada e um plano de treinamento. Existem diversas **estratégias** que podem impulsionar a efetividade e a relevância desses comitês.



Capacitação

Treinamentos regulares em legislação, gestão e mediação



Recursos Financeiros

Garantia de orçamento através de cobrança e parcerias



Transparência

Comunicação clara e uso de tecnologias digitais



Articulação

Integração com outros entes do sistema

Primeiramente, o **investimento em capacitação** é fundamental. Oferecer treinamentos regulares aos membros sobre legislação, ferramentas de gestão, mediação e temas técnicos (como hidrologia e qualidade da água) aumenta a qualidade das discussões e decisões. Em segundo lugar, a **garantia de recursos financeiros** é crucial, seja através da cobrança pelo uso da água, de fundos específicos ou de parcerias. Sem orçamento, muitas ações ficam no papel.

Além disso, a **transparência e a comunicação** são pilares. Divulgar amplamente as reuniões, pautas e deliberações, utilizando tecnologias digitais, pode engajar mais a sociedade e aumentar a legitimidade das ações. Finalmente, a **articulação com outros entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos**, como as Agências de Água e os Conselhos Estaduais e Nacional, é vital para que as decisões dos CBHs sejam integradas e respeitadas em níveis superiores de gestão.

Estudo de Caso 1: O Comitê das Bacias PCJ – Um Modelo de Gestão Integrada

Para ilustrar a atuação e a importância de um Comitê de Bacia, vamos olhar para um exemplo de sucesso e relevância nacional: o **Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ)**. Localizadas em uma das regiões mais industrializadas e populosas do Brasil, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, as bacias PCJ enfrentam desafios hídricos complexos, mas o CBH tem se destacado como um verdadeiro "laboratório vivo" de gestão.

2

Estados

São Paulo e Minas Gerais

76

Municípios

Abrangidos pelas bacias

5.8M

Habitantes

População da região

O Comitê PCJ é um exemplo de gestão interfederativa, pois abrange municípios de dois estados, exigindo uma coordenação ainda mais complexa. Ele foi pioneiro na implementação da cobrança pelo uso da água no Brasil, e os recursos arrecadados têm sido cruciais para financiar projetos de despoluição, tratamento de esgoto, recuperação de matas ciliares e monitoramento da qualidade da água.

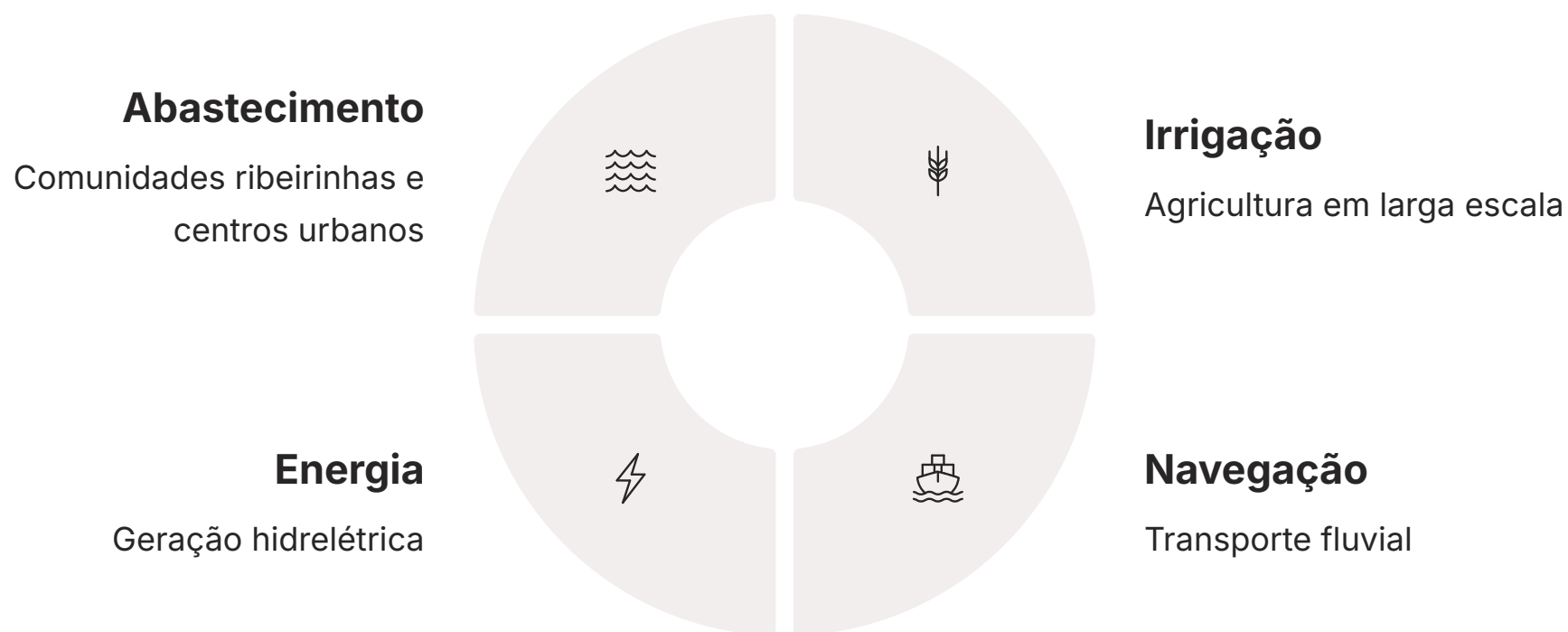
Destaque: Crise Hídrica 2014-2015

Durante a crise hídrica que afetou o Sudeste, o CBH PCJ demonstrou sua capacidade de mediação, reunindo usuários e poder público para definir cotas de uso e estratégias de economia, evitando um colapso no abastecimento.

Sua atuação proativa e a capacidade de mobilizar recursos e atores o tornam uma referência para a gestão de recursos hídricos no país, mostrando que, com engajamento e organização, é possível superar grandes desafios.

Estudo de Caso 2: O Comitê da Bacia do Rio São Francisco – A Complexidade de um Gigante

Se o Comitê PCJ é um exemplo de gestão em uma bacia densamente povoada, o **Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF)** nos mostra a complexidade de gerenciar uma bacia de dimensões continentais, que atravessa seis estados e o Distrito Federal. O "Velho Chico" é uma verdadeira artéria vital do país, com usos múltiplos e conflitos históricos, desde a navegação até a irrigação em larga escala, passando pelo abastecimento de comunidades ribeirinhas e a geração de energia.



A atuação do CBHSF é um desafio gigantesco. Ele precisa conciliar interesses de diferentes regiões, culturas e atividades econômicas. A famosa transposição do Rio São Francisco, por exemplo, é um tema que gerou e continua gerando intensos debates e exigiu do Comitê um papel fundamental na discussão e acompanhamento dos impactos e benefícios.

O CBHSF tem se empenhado em promover a revitalização do rio, destinando recursos da cobrança pelo uso da água para projetos de saneamento, recuperação ambiental e educação. Sua dimensão e a diversidade de seus membros (mais de 60 representantes) o tornam um dos maiores e mais complexos comitês do Brasil, refletindo a magnitude dos desafios de gestão de recursos hídricos em um país de dimensões continentais.

A Teia Legal: CBHs no Contexto da PNRH e do Novo Marco do Saneamento

Os Comitês de Bacias Hidrográficas não surgiram do nada; eles são parte de uma estrutura legal robusta que os sustenta e lhes confere poder. Pense na legislação como o esqueleto de um corpo: ela dá forma e suporte para que todo o sistema funcione. Duas leis são particularmente importantes para entender a atuação dos CBHs: a **Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH – Lei nº 9.433/97)** e o **Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/20)**.

PNRH - Lei nº 9.433/97

- Criou os CBHs como órgãos colegiados
- Estabeleceu poder deliberativo e consultivo
- Definiu competências principais
- Instituiu a descentralização
- Promoveu a participação social

Novo Marco - Lei nº 14.026/20

- Metas de universalização do saneamento
- Impacto na qualidade da água
- Redução da carga de poluição
- Facilita alcance das metas de qualidade

A **PNRH** é a "mãe" dos CBHs. Ela estabeleceu os fundamentos da gestão da água no Brasil, incluindo a descentralização, a participação social e a cobrança pelo uso. Foi essa lei que criou os comitês como órgãos colegiados, com poder deliberativo e consultivo, e definiu suas principais competências. Sem a PNRH, os CBHs não existiriam com a força e o papel que possuem hoje.

Já o **Novo Marco Legal do Saneamento** trouxe implicações significativas para a gestão da água, especialmente no que tange à qualidade. Ao estabelecer metas de universalização do saneamento básico (água tratada, coleta e tratamento de esgoto), a lei impacta diretamente a disponibilidade e a qualidade da água nos corpos hídricos. Os CBHs, ao aprovarem os planos de bacia e proporem o enquadramento, precisam considerar as metas do saneamento, pois a melhoria da infraestrutura de esgoto, por exemplo, reduzirá a carga de poluição nos rios, facilitando o alcance das metas de qualidade.

Resoluções da ANA e CNRH: Detalhando as Regras do Jogo

Se as leis são o esqueleto, as **resoluções da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)** e do **Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)** são como o "manual de instruções" que detalha como as leis devem ser aplicadas. Elas fornecem as normas e os critérios técnicos que orientam a atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas e de todo o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A **ANA** é a agência reguladora e fiscalizadora federal. Suas resoluções estabelecem, por exemplo, os critérios para a outorga de direito de uso da água (a permissão para usar a água), as metodologias para a cobrança e os padrões de monitoramento da qualidade. Os CBHs precisam estar alinhados com essas diretrizes para que suas decisões sejam válidas e integradas ao sistema nacional.

O **CNRH**, por sua vez, é o órgão superior do sistema, com função normativa e deliberativa. Suas resoluções definem as políticas e os princípios gerais, como as diretrizes para a elaboração dos Planos de Bacia e para o próprio funcionamento dos comitês. A interação entre CBHs, ANA e CNRH é constante e essencial para garantir a coerência e a efetividade da gestão da água em todas as escalas.

Órgão	Âmbito/Aplicação	Base/Origem	Exemplo de Atuação
ANA	Regulação e Fiscalização	Lei nº 9.984/00	Define regras para outorga e cobrança; monitora bacias.
CNRH	Formulação de Políticas	Lei nº 9.433/97	Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos; estabelece diretrizes para CBHs.

Segurança Hídrica e Resiliência Climática: O Novo Horizonte dos CBHs

As mudanças climáticas não são mais uma ameaça distante; elas já são uma realidade que impacta diretamente a disponibilidade e a qualidade da água. Eventos extremos, como secas prolongadas e inundações severas, estão se tornando mais frequentes e intensos. Nesse cenário, os Comitês de Bacias Hidrográficas assumem um papel ainda mais estratégico na busca pela **segurança hídrica** e **resiliência climática**.



Tecnologias de Reuso

Promoção de sistemas de reaproveitamento de água



Proteção de Mananciais

Conservação das fontes de água



Sistemas de Alerta

Monitoramento e prevenção de eventos extremos



Agricultura Sustentável

Incentivo a práticas de baixo consumo hídrico

Pense nos CBHs como um "escudo" que a comunidade constrói para se proteger contra as tempestades e as estiagens. Eles precisam integrar as projeções climáticas em seus Planos de Bacia, desenvolvendo estratégias para adaptar a gestão da água a esses novos cenários. Isso inclui, por exemplo, a promoção de tecnologias de reuso de água, a proteção de mananciais, a implementação de sistemas de alerta precoce para eventos extremos e o incentivo à agricultura de baixo consumo hídrico.

A discussão sobre segurança hídrica e resiliência climática é um dos temas mais urgentes e atuais para os CBHs. Eles são os fóruns ideais para mobilizar a sociedade, o poder público e os usuários a pensar e agir de forma proativa, garantindo que as futuras gerações tenham acesso à água em quantidade e qualidade adequadas, mesmo diante de um clima em constante transformação.

A Importância da Participação e da Transparência nos CBHs

Os Comitês de Bacias Hidrográficas são, por natureza, espaços democráticos. Sua força reside na diversidade de vozes que os compõem: representantes dos usuários da água (agricultura, indústria, saneamento), do poder público (municipal, estadual, federal) e da sociedade civil organizada (ONGs, associações de moradores). Essa composição tripartite é o que confere legitimidade às suas decisões. No entanto, a mera existência dessa estrutura não garante a **participação efetiva** e a **transparência**.

Participação Efetiva

Vai além de comparecer às reuniões. Envolve engajamento ativo, contribuição com ideias, defesa de interesses legítimos e busca por consensos.

Transparência

Divulgação clara e acessível das pautas, atas, relatórios financeiros e decisões do comitê para todos os cidadãos da bacia.

Tecnologia Digital

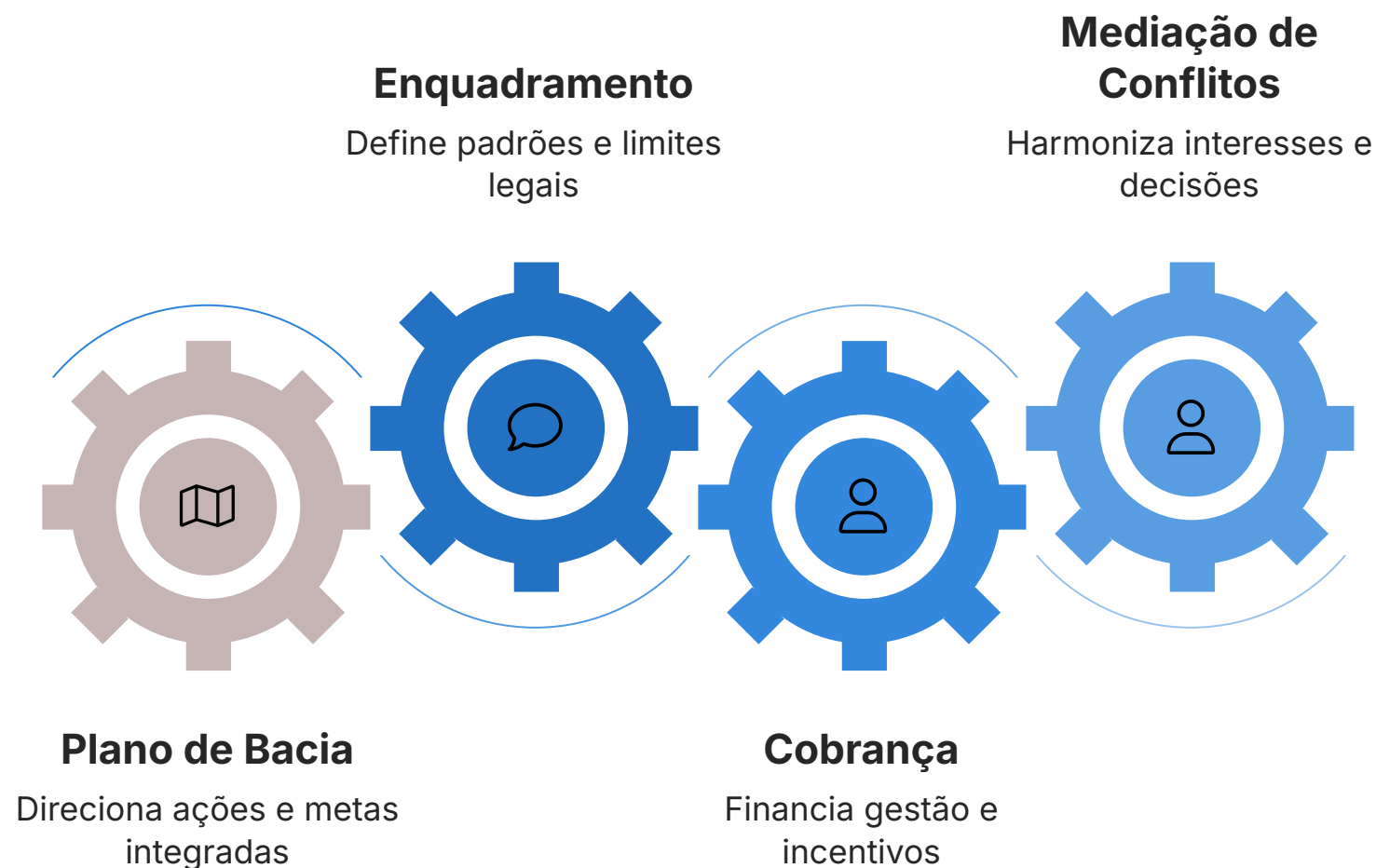
Uso de plataformas digitais para disponibilizar informações e promover o debate, fortalecendo a relação com a comunidade.

A participação vai além de simplesmente comparecer às reuniões. Ela envolve o engajamento ativo, a contribuição com ideias, a defesa de interesses legítimos e a busca por consensos. Quando os membros se sentem parte do processo e suas contribuições são valorizadas, a qualidade das deliberações aumenta e a implementação das decisões se torna mais fácil. Um CBH é a "voz do povo" da bacia, e essa voz precisa ser ouvida e respeitada.

A **transparência**, por sua vez, é o pilar da confiança. A divulgação clara e acessível das pautas, atas, relatórios financeiros e decisões do comitê é fundamental para que todos os cidadãos da bacia possam acompanhar e fiscalizar suas ações. Em um mundo cada vez mais conectado, o uso de plataformas digitais para disponibilizar informações e promover o debate pode fortalecer ainda mais a relação entre o CBH e a comunidade, construindo uma governança da água mais robusta e democrática.

Integrando Conhecimentos: A Sinergia entre Competências e Desafios

Até agora, exploramos as competências específicas dos Comitês de Bacias Hidrográficas e os desafios que eles enfrentam. Mas a verdadeira magia acontece quando entendemos como todas essas peças se encaixam. A capacidade de aprovar um Plano de Bacia, por exemplo, não é isolada; ela está intrinsecamente ligada à proposição do enquadramento, à aprovação dos mecanismos de cobrança e à mediação de conflitos. É uma **sinergia** que define a atuação dos CBHs.

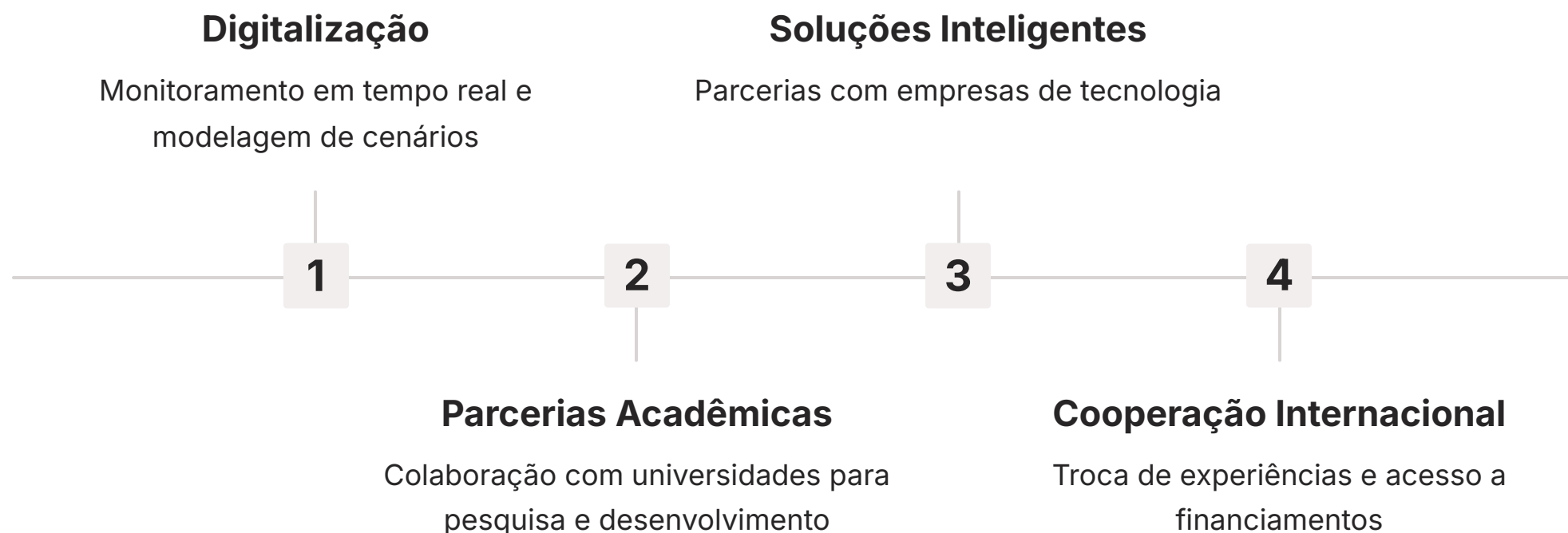


Imagine um maestro regendo uma orquestra. Cada músico tem sua partitura e seu instrumento, mas o resultado final, a melodia harmoniosa, depende da coordenação e da interação de todos sob a batuta do maestro. Da mesma forma, um CBH atua como um maestro, coordenando os diferentes instrumentos da gestão da água. Ele usa a cobrança para financiar os projetos do Plano de Bacia, que por sua vez visa alcançar as metas de qualidade do enquadramento, tudo isso enquanto media os conflitos que surgem no processo.

Os desafios, como a falta de recursos ou a baixa participação, afetam essa sinergia. Se o "instrumento" da cobrança não gera fundos suficientes, o "músico" do Plano de Bacia não consegue executar sua partitura. Se a "voz" da sociedade civil não é ouvida, a "melodia" final pode não representar os anseios de todos. Compreender essa interconexão é crucial para analisar a efetividade de um CBH e para propor soluções que fortaleçam todo o sistema.

O Futuro da Gestão da Água: Inovação e Colaboração nos CBHs

Olhando para o futuro, os Comitês de Bacias Hidrográficas continuarão a ser atores centrais na gestão da água, mas seu papel evoluirá. As tendências de 2025 e além apontam para a necessidade de ainda mais **inovação e colaboração**. A digitalização, por exemplo, oferece ferramentas poderosas para o monitoramento em tempo real, a modelagem de cenários e a comunicação com a sociedade, tornando as decisões mais embasadas e transparentes.



A colaboração não se limitará apenas aos membros do comitê. Haverá uma crescente necessidade de parcerias com universidades para pesquisa e desenvolvimento, com empresas de tecnologia para soluções inteligentes e com organizações internacionais para troca de experiências e acesso a financiamentos. A complexidade dos desafios hídricos, especialmente os relacionados à segurança hídrica e à resiliência climática, exige uma abordagem multidisciplinar e multissetorial.

Os CBHs, como espaços de governança participativa, têm o potencial de liderar essa transformação, adaptando-se às novas realidades e incorporando as melhores práticas. Eles são a linha de frente na defesa dos nossos recursos hídricos, e seu fortalecimento é um investimento direto na sustentabilidade do nosso planeta e na qualidade de vida das futuras gerações.

Consolidação e Próximos Passos

Chegamos ao final de nossa jornada pela Parte 2 dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Vimos que esses colegiados são muito mais do que meros espaços de discussão; são órgãos com competências essenciais que moldam o futuro da água em suas regiões. Desde a aprovação dos planos e do enquadramento até a mediação de conflitos e a gestão da cobrança, os CBHs são pilares da governança hídrica no Brasil, atuando como guardiões da água e promotores da sustentabilidade.

Compreendemos que, apesar de sua importância, enfrentam desafios significativos, mas também possuem um enorme potencial para se fortalecerem através da capacitação, do financiamento adequado e da promoção da participação e transparência. Os exemplos do PCJ e do São Francisco ilustram a diversidade e a complexidade de suas atuações, sempre sob o arcabouço legal da PNRH e do Novo Marco do Saneamento, e com o olhar atento às tendências de segurança hídrica e resiliência climática.

Em prática:

- Ao analisar um projeto de uso da água, verifique se ele está alinhado com o Plano de Bacia aprovado pelo CBH local.
- Participe ou acompanhe as reuniões do CBH de sua região para entender as discussões e decisões sobre a água.
- Considere como as metas do Novo Marco do Saneamento impactam a qualidade da água e as ações do seu CBH.
- Pense em como as mudanças climáticas podem afetar a disponibilidade de água em sua bacia e quais soluções o CBH pode propor.

Autoavaliação

1. Qual das seguintes atribuições é uma competência principal dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs)? a) Executar diretamente obras de saneamento básico na bacia. b) Aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia. c) Fiscalizar o cumprimento das leis ambientais por empresas. d) Conceder outorgas de direito de uso da água.
2. A cobrança pelo uso da água, cujos mecanismos são aprovados pelos CBHs, tem como um de seus principais objetivos: a) Gerar lucro para o governo federal. b) Financiar exclusivamente projetos de irrigação. c) Incentivar o uso racional da água e arrecadar recursos para a gestão da bacia. d) Substituir completamente os impostos sobre o consumo de água.
3. O "enquadramento dos corpos d'água em classes de uso preponderante", proposto pelos CBHs, serve para: a) Definir o preço da água para cada tipo de usuário. b) Estabelecer metas de qualidade da água para diferentes usos. c) Proibir qualquer tipo de uso da água em determinados trechos. d) Determinar a vazão mínima de todos os rios da bacia.
4. A Lei nº 14.026/20 (Novo Marco Legal do Saneamento) impacta a atuação dos CBHs principalmente ao: a) Reduzir a autonomia dos CBHs na gestão da água. b) Estabelecer metas de universalização do saneamento, influenciando a qualidade da água nos corpos hídricos. c) Transferir todas as competências de gestão da água para as Agências de Água. d) Proibir a cobrança pelo uso da água em bacias com saneamento deficiente.
5. Explique brevemente como a mediação de conflitos pelo uso da água pelos CBHs contribui para a governança hídrica de uma bacia.

Gabarito:

1. b) | 2. c) | 3. b) | 4. b) | 5. A mediação de conflitos pelos CBHs contribui para a governança hídrica ao oferecer um fórum democrático e participativo para que os diferentes usuários e setores da bacia discutam suas divergências e busquem soluções consensuais. Isso evita litígios, promove o diálogo, equilibra interesses e garante que as decisões sobre o uso da água sejam tomadas de forma mais justa e sustentável, fortalecendo a legitimidade do sistema de gestão.

Recursos e Próxima Aula

Próxima Aula: As Agências de Água

Na Aula 25, vamos explorar outro ator fundamental do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos: **As Agências de Água (Agências de Bacia)**. Entenderemos seu papel executivo e de apoio técnico aos CBHs, e como elas transformam as deliberações em ações concretas.



Site da ANA

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - Para consultar legislação, resoluções e dados sobre recursos hídricos.



Site do Comitê PCJ

Comitê da Bacia do Rio Piracicaba, Capivari e Jundiá - Para um estudo de caso prático e detalhado da atuação de um CBH.



Literatura Especializada

Livro "Gestão de Recursos Hídricos no Brasil" (diversos autores) - Para aprofundar os conceitos teóricos e práticos da área.



NOTA IMPORTANTE

As informações regulatórias/legais/técnicas desta aula estão atualizadas até 2025. Consulte sempre fontes oficiais para verificar alterações.